

PENSAMENTO SOCIAL E REFORMAS POLÍTICAS NO BRASIL

SOCIAL THOUGHT AND BRAZILIAN POLITICS REFORMS

Rodrigo Badaró de Carvalho¹

SUMÁRIO: Introdução; 1. O pensamento social brasileiro; 1.1 Sérgio Buarque e as raízes do Brasil; 1.2 Raymundo Faoro e o estamento burocrático; 1.3 FHC, dependência e os anéis burocráticos; 2. Por uma outra narrativa brasileira; 3. As leituras do Brasil no contexto neoliberal: o PDRAE; Considerações Finais; Referências das Fontes Citadas.

RESUMO: Algumas visões do Brasil e do seu povo receberam especial importância ao longo da história. Dentre elas, há uma continuidade em uma forma específica de ver o Brasil, presa a uma concepção determinística da história. Para essa corrente, entende-se o país buscando-se as suas raízes históricas, nos processos de formação ainda de Portugal. Jessé de Souza denomina esses pensadores como os *sociólogos da inautenticidade*. Essa designação reflete a crítica de que esse pensamento social brasileiro não é suficiente para explicar a nossa complexa realidade histórica e atual. Optou-se por trabalhar três nomes fundamentais dessa leitura tradicional brasileira: Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Fernando Henrique Cardoso. O último autor serve especialmente para traçar uma discussão acerca das continuidades que existem entre os escritos sociológicos e as reformas implementadas no Brasil nos anos 1990. Para tanto, pretende-se explorar as conexões entre o pensamento social e as reformas políticas brasileiras, notadamente através do PDRAE.

Palavras-Chave: (Pré-)Modernidade; Brasil; História; Reconhecimento.

ABSTRACT: Some views of Brazil and its people were given special importance throughout history. There is a continuity in a specific way to see Brazil, attached to a deterministic view of history. For this current, means the country is seeking

¹ Rodrigo Badaró de Carvalho, bacharel em Ciências do Estado e mestrando em Direito pela UFMG. Desenvolve pesquisas na área do pensamento político-social brasileiro em sua conexão com a história do direito brasileiro, sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira. Email: rodrigobadaro@yahoo.com.br

its historical roots in the processes of formation of Portugal. Jesse de Souza called such thinkers as "Sociologists of Inauthenticity". This designation reflects the criticism that this Brazilian social thought is not sufficient to explain our complex historical and reality. We opted to work three key names that Brazilian traditional reading: Sérgio Buarque de Holanda , Raymundo Faoro and Fernando Henrique Cardoso . The last author serves in particular to trace a discussion of the continuities that exist between the sociological writings and the reforms implemented in Brazil in the 1990s . To this end, we intend to explore the connections between social thought and Brazilian political reforms, notably through PDRAE.

Keywords: (Pré)Modernity; Brazil; History; Recognition.

INTRODUÇÃO

Pensar o Brasil sempre foi uma necessidade que se apresentou aos pensadores e pesquisadores deste país. Trata-se de tarefa bastante árdua e, por isso, alvo de intensos debates que perpassam toda a nossa construção histórica e sociológica. Definir historicamente o primeiro autor a iniciar as pesquisas sobre o país consiste em trabalho, se não impossível, bastante arriscado e pouco interessante.

Durante boa parte da história recente brasileira algumas visões acerca do que é o Brasil e, igualmente, o que consistiu o seu povo receberam especial importância. Dentre essas visões — diversas e em muitos aspectos contraditórias — há uma espécie de continuidade em uma forma específica, sempre presa a uma concepção determinística da história. Para essa corrente, entende-se o país buscando-se as suas raízes históricas, entendendo os processos de formação do Estado Nacional de Portugal. Por essa razão, Jessé de Souza denomina esses pensadores como sendo os *sociólogos da inautenticidade*. Essa designação reflete já uma crítica do autor, de que um pensamento social brasileiro preso às raízes ibéricas não é, e nunca foi, suficiente para explicar a realidade brasileira.

Diversos são os autores que de alguma maneira estão conectados a essa visão de Brasil. Escolheu-se trabalhar com Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, e, por fim, Fernando Henrique Cardoso pela compreensão de que suas produções tiveram enorme impacto não só quando das suas publicações mas

ainda persistem até os dias atuais, notadamente em autores como Roberto da Matta e Alberto Carlos Almeida. É certo também que algumas concepções de Brasil — os *mitos da Brasilidade* — não só persistem na academia mas também encontram-se impregnadas no imaginário popular, tornando-se necessário analisar essa construção com o devido cuidado e buscar as implicações que a reprodução acrítica dessas teorias tem trazido ao país no contexto já do século XXI.

A compreensão do Brasil como o “país do atraso” ou como “país pré-moderno” apresenta impacto em toda a realidade social. Na forma como a sociedade se vê e vê aos seus representantes políticos; na credibilidade que possuem as instituições do país; chegando, inclusive, nas reformas e transformações que são empreendidas na sua estrutura política. É nesse aspecto que a análise de Fernando Henrique Cardoso merece especial atenção. Por sua produção sociológica de grande relevância nacional e internacional, somada aos oito anos em que esteve ocupando o cargo político máximo da República (1995-2002), esse é um autor que merece especial atenção e elemento chave para se perceber uma transição de pensamentos sociais tradicionais do Brasil para uma esfera política.

Ao contrário do que supostamente teria o então presidente induzido com a célebre frase “*esqueçam o que escrevi*”, o que se propõe é uma discussão acerca das rupturas e continuidades que existem entre os escritos sociológicos e as reformas implementadas no Brasil na década de 1990, diversas delas de caráter neoliberalizante. A proposta aqui é endossada pela própria revisão realizada por Fernando Henrique Cardoso em sua obra mais recente, em que reitera suas “antigas concepções”².

Em conjunto com essa análise sociológica realiza-se, como não pode ser diferente, uma releitura crítica da nossa própria história, “a contra pelo”³, sobretudo no que diz respeito à garantia de direitos, compreendendo esses

² CARDOSO, Fernando Henrique. **Relembrando o Que Escrevi**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

³ BENJAMIN, Walter. Tesi di filosofia della storia. In: **Angelus Novus**: saggi e frammenti. Renato Solmi (org.) Torino: Einaudi, 1995.

processos históricos como sendo resultado de lutas por reconhecimento, recorrentemente, no entanto, ocultadas pelas elites “vencedoras” no processo histórico⁴.

Ao final, será possível explorar os pontos de conexão entre o pensamento social e as reformas políticas brasileiras, notadamente através do PDRAE – Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado⁵ plano elaborado na gestão de FHC e que teve como um de seus principais nomes *Luiz Carlos Bresser Pereira*, então ministro da Administração Federal e Reforma do Estado.

1. O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

1.1 Sérgio Buarque e as raízes do Brasil

Raízes do Brasil está entre as principais obras produzidas por Sérgio Buarque de Holanda e é aquela de maior projeção. O livro fora publicado em 1936, num contexto de intensas transformações da sociedade e de toda a estrutura do Estado brasileiro daquele período. Seu autor não escapou dessas transformações, ao contrário, viveu intensamente a vida política e social do país. *Raízes do Brasil*, portanto, é fruto de intensas transformações da vida política e social que afetavam o escritor e toda a sociedade brasileira. Trata-se de um trabalho bastante contundente, que traz em si também a transição que o país vivia. A tese central de Sérgio Buarque de Holanda consiste no *iberismo*. Significa que o eixo central do seu desenvolvimento está em demonstrar que o Brasil independente é uma espécie de continuação de Portugal na América. Esse entendimento é demonstrado por Holanda ao longo de toda sua obra e é o ponto fundamental para explicar as características sociais e políticas que caracterizam o Estado brasileiro. Utiliza-se da idéia do atraso como sendo característica típica do

⁴ CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade (org.). **Constitucionalismo e História do Direito**. Belo Horizonte: Pergamum, 2011. P. 20-31.

⁵ BRASIL. **Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Câmara da Reforma do Estado, 1995. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>, Acesso em: 02 jan. 2013.

Estado — e aqui detecta-se uma contraposição clara com relação à experiência norte-americana que, colonizados pelos britânicos, se tornaram a nação mais próspera do globo —, devendo-se esse atraso, em grande parte, a essa herança que carregamos.

A constatação de que se continua aqui um projeto que não é nosso é explorada por Holanda ao apontar para o fato que aqui existem instituições incompatíveis com as características locais e que não são possíveis de serem concretizadas. Nem mesmo a miscegenação, tão trabalhada por outros autores da própria sociologia, como Gilberto Freyre, e ponto em geral tão destacado de nossa cultura, para o autor não é suficiente para nos diferenciar dos ibéricos. Em suas palavras,

Nem o contato e a mistura com raças indígenas ou adventícias fizeram-nos tão diferentes de nosso avós de além-mar como às vezes gostaríamos de sê-lo. No caso brasileiro, a verdade(...) é que ainda nos associa à Península Ibérica, a Portugal especialmente.⁶

Ao mergulhar na história ibérica, o autor demonstra que Portugal não vivenciou momentos de ruptura drástica entre o período medieval e a era moderna. Por ter sido pioneiro nas navegações e pela precoce formação do seu Estado Nacional, Portugal difere-se de outros Estados europeus, não tendo passado por revoluções que impusessem novos valores e formas de organização da vida pública e privada.

Uma segunda característica fundamental brasileira, igualmente típica de Portugal, desenvolvida por Holanda diz respeito a nossa relação com o trabalho. Teríamos, supostamente, uma relação preguiçosa com o trabalho e buscaríamos nele uma simples forma de enriquecimento que quanto mais rápido fosse melhor. Esse é um dos traços que reforçam um ponto de partida ibérico: seríamos, em última análise, aventureiros. Não teríamos o dom para as atividades que envolvem o trabalho e toda experiência da colonização só teria sido possível em função do espírito aventureiro que sempre reinou em terras ibéricas.

⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**, 1995, P. 40

Avançando na construção identitária brasileira, Sérgio Buarque explorará a formação das cidades, comparando a formação dessas cidades na América espanhola e aqui na América portuguesa. Nesse ponto o autor realiza uma divisão fundamental, demonstrando como na experiência espanhola houve alguma racionalização das cidades e na experiência portuguesa as cidades se formaram como uma espécie de mera consequência da vida cotidiana, sem que houvesse a racionalidade incluída nesse processo. Se é certo que a colonização espanhola está longe de servir de exemplo de estrutura racional perfeita, ao menos, dirá, ela “caracterizou-se largamente pelo que faltou à portuguesa: por uma aplicação insistente em assegurar o predomínio militar, econômico e político da metrópole sobre as terras conquistadas”⁷. A contraposição entre a formação da Espanha e de Portugal leva-o a fazer a comparação entre o ladrilhador e o semeador. Enquanto o primeiro, típico espanhol, depende de rigorosa disciplina e organização racional do seu trabalho, o último, característico português, o faz de forma desleixada, sem rigor.

No desenvolver da obra Holanda chega à ideia do *homem cordial*, uma de suas propostas centrais, mais disseminadas na cultura brasileira. A expressão indica uma característica tipicamente brasileira, produto dessa experiência histórica. Uma forma de agir que tem por base elementos não racionais, pautada por aspectos emotivos, pessoais, critérios esses que estiveram sempre presentes nas sociedades antigas, atrasadas, que ainda não alcançaram a modernidade. Da cordialidade também se explicaria nossa característica pacífica. Negamos o conflito, o enfrentamento, objetivando sempre uma boa imagem para conseguir benefícios posteriores. Em definitivo, esse conceito não é algo que deve ser visto como admirável e nem tampouco como sinônimo de bondade, como leu Cassiano Ricardo⁸. A cordialidade, nesse sentido, não pode ser entendida de forma dissociada de toda a obra de Holanda. Ela não é nada além de uma consequência da estrutura patriarcal, hierárquica e ruralizada da sociedade brasileira. A

⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 1995, P. 95

⁸ RICARDO, Cassiano. Variações sobre o homem cordial. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Ed. comemorativa 70 anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 365-392.

peculiar formação histórica teria rendido, assim, também uma forma bastante distinta de “homem”.

Já disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira pra civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial”. (...) Traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal⁹.

Holanda enfrenta, ainda, um tema complicado e que ainda hoje é motivo de intensos debates, qual seja, a democracia no Brasil. Trata-se, é verdade, de uma visão bastante pessimista quanto a real possibilidade de sua ocorrência. A estrutura patriarcal sob a qual se sustentou, desde os primórdios, a colônia, o império e a república, a força desproporcional que o ambiente doméstico possui na sociedade, bem como nossa característica cordial, seriam alguns dos elementos que inviabilizariam a democracia no país. A democracia, aliás, significava no Brasil uma simples importação, uma estrutura externa que tentava-se implementar aqui sem que houvesse alguma correspondência interna que tornasse possível e efetivo esse regime. Focando em momentos históricos fundamentais, como a independência e a proclamação da república, Holanda tenta demonstrar como sempre houve um desinteresse do povo pelas questões políticas, afirmando que as transformações foram quase todas promovidas de cima para baixo, por uma elite intelectual.

Ao final da obra, num capítulo curiosamente denominado “Nossa Revolução”, Holanda demonstra como tem ocorrido o processo revolucionário brasileiro de ruptura com a estrutura do atraso nacional. Nesse esforço de encontrar traços não mais de continuidade com o iberismo e com o medievo, mas de ruptura com esse modelo e o ingresso na modernidade, Sérgio Buarque conclui que a revolução ocorre de forma lenta. Tanto assim que mesmo no contexto republicano os velhos nobres representantes do Império, muito embora tivessem perdido espaço após a abolição, permaneceram carregando grande prestígio. Esse ponto é de fundamental importância para o desfecho da obra. A remanescência de uma elite imperial lhe incomoda sobremaneira, pelo

⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 1995, P. 146

aparelhamento do Estado e pelas consequências disso. Acusando-lhes de ter interesse tão somente no prestígio pessoal da guerra, o autor vê nessa elite atrasada que habitava o Estado a causa de seus problemas.

Essa seria uma das causas da separação quase que absoluta entre a vida política e a vida social do país denunciada por Sérgio Buarque. E essa, há de se dizer, não é uma alegação feita de forma indireta, ao contrário, essa é a sua denúncia central ao final da obra¹⁰. A solução apontada para o problema não é simples; é bem verdade que ela também não está muito bem definida. Mas um ponto central é, sem dúvida, a superação dessa ordem herdada, isto é, a vitória contra o atraso — patriarcal e colonial — não será possível enquanto não se liquidar os fundamentos personalistas e aristocráticos, onde assentaria nossa vida social.¹¹

É aproveitando-se dessa análise da vida social e política brasileira que Raymundo Faoro se debruçará. A estruturação de uma elite que coordena toda a vida política do país é o seu elemento central e que será verificado na sequência.

1.2 Raymundo Faoro e o estamento burocrático

Raymundo Faoro é certamente um dos autores fundamentais a serem estudados quando busca-se investigar a história do pensamento político e social brasileiro. Igualmente, o debate acerca das identidades do Brasil encontra nesse autor produção fundamental. Seu pensamento será discutido tendo como base sua principal obra, a qual o título já antecipa o seu ponto central: *Os Donos do Poder, Formação do Patronato Político Brasileiro*¹². Neste trabalho Faoro busca compreender o Brasil por uma linha bastante similar àquela adotada por Holanda. Não se trata de mera coincidência, ao contrário, Raymundo Faoro escreve mais de duas décadas após a publicação de *Raízes do Brasil* e as referências à Holanda feitas ao longo da obra servem para confirmar o contato

¹⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 1995, P. 177.

¹¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**, 1995, P. 180

¹² FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patrimônio político brasileiro**. 2. Ed. rev. e aumentada. Porto Alegre, Globo; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

com a sua produção. E assim como Holanda, o caminho seguido por Raymundo Faoro passa por uma análise da história de Portugal, nesse caso, no entanto, a investigação é ainda mais profunda, reservando o autor três capítulos de sua obra para analisar o passado lusitano. Analisa-se, ainda que rapidamente, a formação desde os séculos XII, passando pela Revolução de Ávis (1385) e chegando à 'descoberta' da América¹³.

Todo esse espaço dedicado a esse tema não poderia consistir em pesquisa de menor importância. A chave de compreensão do Brasil para Faoro está justamente nessa experiência histórica portuguesa. É essa pesquisa inicial de sua obra que, à frente, servirá de explicação para que se entenda as razões de uma formação política e administrativa brasileira. Antes, porém, de apontar para as peculiaridades da experiência portuguesa, Faoro reforça a concepção fundamental de que o sistema e a sociedade capitalista se geram à partir das ruínas do feudalismo, ao menos no que diz respeito à experiência ocidental¹⁴. É só à partir dessa constatação básica que se pode compreender com maior clareza, portanto, os problemas lusitanos apontados pelo autor. A questão central aqui reside na concepção de que Portugal não experimentou o sistema feudal em sua totalidade. A formação precoce do Estado Moderno português fez com que aquele país conhecesse o modelo patrimonial e não o feudal, tendo esse processo impactos na forma como se deu o processo colonizador, estando o Brasil conectado a esse passado. A conexão, porém, está longe de ter-se encerrado com a colonização. Escreveu o autor,

Patrimonial e não feudal o mundo português, cujos ecos soam no mundo brasileiro atual, as relações entre o homem e o poder são de outra feição, bem como de outra índole a natureza da ordem econômica, ainda hoje persistentes, obstinadamente persistente¹⁵.

Um dos traços marcantes desse sistema patrimonial é justamente a ausência de aspectos democráticos. Trata-se de relação em que o monarca se sobrepõe aos súditos, aproximando-se bastante daquela hierarquia existente entre chefe e

¹³ FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**, 1975, P. 1-97.

¹⁴ FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**, 1975. P. 16

¹⁵ FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**, 1975. 17-18

funcionário¹⁶. A oposição entre feudalismo e patrimonialismo aqui serve ao autor para apresentar ainda uma outra questão central dentro dessa análise, qual seja, a *permanência*. Faoro não busca centrar sua análise em uma comparação valorativa entre esses dois modelos, mas sim no fato de que o feudalismo tem sua história marcada por *rupturas* radicais no continente europeu enquanto o patrimonialismo tem como uma de suas marcas a ausência dessas rupturas. Nesse sentido, se os processos revolucionários surgiram para eliminar um resquício feudal de organização social bem como limitar — ou eliminar — os poderes monárquicos, a experiência patrimonialista teria se demonstrado constante e, portanto, desconhecadora de liberdades inauguradas à partir dessas rupturas. É dessa forma que se compreende Faoro quando afirma acerca da experiência lusitana:

[...] o capitalismo, dirigido pelo Estado, impedindo a autonomia da empresa, ganhará substancia, anulando a esfera das liberdades públicas, fundadas sobre as liberdades econômicas, de livre contrato, livre concorrência, livre profissão, opostas, todas, aos monopólios e concessões reais¹⁷.

É da permanência, portanto, que se chegará ao atraso português e depois brasileiro. Da permanência em uma estrutura incapaz de acompanhar os avanços característicos da modernidade. E, assim, Faoro diz que a estrutura patrimonial “permitirá a expansão do capitalismo comercial, fará do Estado uma gigantesca empresa de tráfico, mas impedirá o capitalismo industrial”¹⁸. A marca desse atraso justificado por uma lógica histórica fica ainda mais clara ao dizer que “quando o capitalismo brotar, quebrando com violência a casca exterior do feudalismo (...) não encontrará, no patrimonialismo, as condições propícias de desenvolvimento”¹⁹.

Dentro dessa estrutura patrimonial emerge um grupo bastante qualificado para assumir as funções relativas ao poder, trata-se do *estamento burocrático*. O seu

¹⁶ FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**, 1975. P. 18

¹⁷ FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**, 1975. P. 18.

¹⁸ FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**, 1975.. P. 21.

¹⁹ FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**, 1975. P. 21.

surgimento, cabe esclarecer, não é exclusividade do regime patrimonial, é ele também vivenciado em alguma medida na experiência feudal. Aliás, o autor afirma que “os estamentos florescem, de modo natural, nas sociedades em que o mercado não domina toda a economia”²⁰. Não há nesse estamento a dimensão “meritocrática” característica da modernidade. Ainda que os seus membros possuam certa qualificação, o que os marca não é o reconhecimento pela sociedade de suas qualidades para ocuparem os cargos públicos mas sim o inverso, um distanciamento enorme entre esses grupos que faz do estamento uma espécie de comunidade dissociada das outras classes²¹. Esse distanciamento, afirma Faoro, “leva à apropriação de oportunidades econômicas, que desembocam, no ponto extremo, nos monopólios de atividades lucrativas e de cargos públicos”²².

O estamento, assim, seria um dos elementos centrais para a compreensão de uma sociedade construída de cima para baixo, em que essa comunidade encontra-se dissociada da lógica econômica que caracteriza as demais classes mas, ao mesmo tempo, é capaz de determinar o rumo econômico do Estado assim como das outras classes. Por outro lado, Faoro reconhece a importância desse modelo para que fosse possível a “aventura” da expansão ultramarina. Não fosse o Estado Patrimonial, coordenado pelo Estamento Burocrático, dificilmente haveria unidade, alma e energia para se guiar esse projeto. Chega a dizer, inclusive, que uma organização de longo prazo tal qual foi realizada por Portugal dificilmente poderia ser guiada unicamente por particulares.²³

A questão, no entanto, que mais interessa na obra não é o resgate histórico *per se*, mas a forma como ele é feito, remetendo a uma realidade brasileira bastante específica. A recuperação desse passado não é feito sem propósito, mas serve para descrever o Brasil de seu tempo, tal como fizera Holanda. Sua conclusão é de que as mazelas brasileiras advém de um passado colonial que permanece,

²⁰ FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**, 1975. P. 46.

²¹ O Estamento, na construção de Faoro, se distancia das outras classes inclusive por ser uma comunidade que não se constitui com base em aspectos econômicos. Por isso, inclusive, evita-se a expressão “classe” para designá-los.

²² FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**, 1975. P. 47.

²³ FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**, 1975, P. 51.

chegando a falar em “Estado português prolongado no Brasil”²⁴. Embora essa expressão especificamente tenha sido utilizada para falar do contexto do século XIX, não há dúvidas de que a *permanência* é a chave da leitura histórica de Faoro.

1.3 FHC, dependência e os anéis burocráticos.

Nos anos seguintes à obra de Raymundo Faoro surgiu um jovem e importante acadêmico brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, com produções extremamente conexas às discussões acerca do Brasil que vinham sendo produzidas pelos autores já abordados nesse trabalho e também por outros que aqui não serão abordados na sua especificidade. Cardoso escreve suas principais obras de destaque em um novo contexto, bastante diferente daquele em que estavam Sérgio Buarque de Holanda e mesmo Raymundo Faoro. O regime militar (1964-1985) impunha ao país uma experiência autoritária bastante própria e que, em grande medida, dará os elementos para as obras do autor que agora se analisa. Há, entretanto, uma vez mais, alguns traços semelhantes nas obras de Fernando Henrique Cardoso e dos autores trabalhados anteriormente, o que possibilita realizar um estudo comparado e traçar uma linha de continuidade entre as diferentes obras.

*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*²⁵ é uma obra fundamental da trajetória do autor e nela se apresenta não só uma proposta para o desenvolvimento no Brasil e no continente sulamericano mas também uma reflexão acerca da formação dessa região. Esse é, inclusive, um dos pontos em que pode-se encontrar conexões com os escritos de Faoro e Holanda, não só pela busca de um processo histórico para se explicar uma realidade vivida mas, sobretudo, pela forma como esses autores reproduzem e constituem uma certa “narrativa histórica brasileira”.

²⁴ FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**, 1975. P. 92.

²⁵ CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependencia e desenvolvimento na America Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 10. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Resultado de pesquisas de campo realizadas anteriormente, notadamente em *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*²⁶, uma das primeiras discussões enfrentadas pelo autor e de grande importância encontra-se na questão do "subdesenvolvimento". Essa é uma concepção que Cardoso busca compreender e, para isso, recorre ao processo de formação histórica dos países que se encontram nessa situação na América Latina. O subdesenvolvimento é percebido como uma consequência do processo colonizador. O processo de substituição de importações vivenciado na região, no entanto, foi responsável por um processo de desenvolvimento nacional que, progressivamente, foi sendo mais comum ser classificado como "em desenvolvimento", numa comparação às nações "desenvolvidas", criando-se uma equivocada compreensão de que o Brasil (e as demais nações americanas) estariam em uma situação de atraso e que o processo de desenvolvimento seguiria os mesmos caminhos percorridos pelas nações denominadas desenvolvidas²⁷.

É nesse sentido que Cardoso explora o conceito de dependência como central em seu trabalho, entendendo que "no plano político-social existe algum tipo de dependência nas situações de subdesenvolvimento e que essa dependência teve início historicamente com a expansão das economias dos países capitalistas originários"²⁸. O que aqui mais interessa, no entanto, não é a dependência das nações "subdesenvolvidas" com relação às "desenvolvidas" mas sim uma dimensão interna dessa dependência que o autor explora, afirmando que "a relação interna entre as classes é que torna possível e dá fisionomia própria à dependência"²⁹.

Assumindo a condição de dependência, posta desde o processo colonizador, Fernando Henrique Cardoso aponta para a possibilidade de um processo de

²⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.

²⁷ CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependencia e desenvolvimento na América Latina**, P. 39-48

²⁸ CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependencia e desenvolvimento na América Latina**, P. 39

²⁹ CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependencia e desenvolvimento na América Latina**, P. 50

desenvolvimento dessas nações dentro mesmo da lógica de dependência, já que essa seria uma espécie de saída única para um desenvolvimento nacional. Esse diagnóstico parte de uma análise social que o autor afirma estar diretamente conectada à condição econômica. Considerando a incapacidade de um desenvolvimento autossustentado, pleno, do país, vê-se o caminho por meio de um desenvolvimento dependente. A incapacidade para o desenvolvimento é apontada em função da falta de condições institucionais e sociais que poderiam desenvolver uma política econômica de desenvolvimento³⁰. Essa ideia, que era no princípio uma hipótese de resposta para a realidade "subdesenvolvida" brasileira, desenvolve-se ao longo da obra chegando a uma espécie de resposta em que a ausência de uma classe burguesa nacional estruturada, capaz de promover o processo de industrialização, é um dos elementos centrais para se entender a *permanência*³¹ em uma estrutura dependente. É assim que o autor compreende que a industrialização por substituição de importações "representou mais uma política de acordos, entre os mais diversos setores, desde o agrário até ao popular-urbano, do que imposição dos interesses e da vontade de domínio de uma 'burguesia conquistadora'"³², somando-se a isso, igualmente, a ausência de um proletariado mobilizado, com consciência de classe. Esses elementos, para Cardoso, inexistiram no Brasil e, portanto, não criaram as condições necessárias para o desejado desenvolvimento. Trata-se em última análise de apontar para a falência da proposta Nacional Desenvolvimentista, que nos anos 50 teve seu auge, dominando a produção intelectual, sobretudo por meio do Instituto Superior de Estudos Brasileiros³³.

É de um diagnóstico da emergente classe operária como "débil" que se compreende as condições para que a noção do populismo pudesse se desenvolver no Brasil. Cardoso chega a explicação de como desenvolveu-se no

³⁰ CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependencia e desenvolvimento na America Latina**, P. 21-23

³¹ Retoma-se aqui o permanência como forma de já sinalizar a conexão com as ideias de Holanda e, sobretudo, Faoro.

³² CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependencia e desenvolvimento na America Latina**, P. 123

³³ Sobre o ISEB, ver: TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fabrica de ideologias**. 2. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1997. 194p.

Brasil uma estrutura industrial, por um processo denominado industrialização 'nacional-populista' em que se encontra uma burguesia incapaz de promover o desenvolvimento e, ao mesmo tempo, não há uma classe de trabalhadores assumindo protagonismo. Dessa forma, o Estado assume um papel fundamental no processo de desenvolvimento, não sendo um processo que segue o padrão "liberal"³⁴. Partindo dessa constatação histórica, nada se torna mais necessário que analisar como era a estrutura do Estado brasileiro nesse contexto. Aqui o autor se aproxima bastante do conceito faoriano de estamento burocrático mas diferenciando-o através da inauguração de um novo conceito, os "Anéis Burocráticos". Cardoso apresenta seu conceito demonstrando que no regime militar grupos específicos se encontravam em posições privilegiadas, sendo beneficiados pelas políticas do Estado. Diz que

a presença das forças econômicas privadas beneficiárias diretas do regime (...) fez-se sentir através de sua incorporação a mecanismos políticos ainda pouco estudados, que tenho chamado de "anéis burocráticos". O próprio adjetivo usado para qualificar esses anéis mostra os limites que o setor privado encontra para articular-se politicamente para influir nas decisões do Estado (...) a articulação por intermédio destes anéis é a forma que o regime adotou para permitir a inclusão dos interesses privados em seu seio, e para criar instrumentos de luta político-burocrática no aparelho do Estado (...) Com isto, assegura-se a cooptação (e não representação) limitada da sociedade civil e a sua extrema debilidade como força política autônoma³⁵.

A inserção de Fernando Henrique Cardoso dentro da tradição do pensamento político e social brasileiro pode ser visualizada ainda com maior clareza em obra recentemente organizada pelo próprio autor em que busca analisar autores fundamentais do pensamento brasileiro, os quais são chamados de "inventores do Brasil"³⁶. Nesse trabalho, realiza uma leitura própria de Holanda e Faoro, o último com espaço privilegiado na obra, em que se pode perceber a proximidade dos autores, ou, em outras palavras, a importância de Holanda e Faoro para o

³⁴ CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. **Dependencia e desenvolvimento na America Latina**, P. 135.

³⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e Democratização**, 1975, P. 206-208

³⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. **Autores que inventaram o Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

pensamento de Cardoso. Há na obra também análises de outros autores, inclusive vinculados a diferentes tradições, como é o caso de Caio Prado Jr., notadamente de inspiração marxista, com quem Fernando Henrique guarda também alguma proximidade, sobretudo no diagnóstico conjuntural da relação de dependência.

Assim, finalizando uma rápida leitura que se faz dos escritos desses autores, o que se percebe é que cada obra possui as singularidades de seu tempo. Mas, ainda assim, todas elas nos apresentam um fio condutor histórico fundamental no qual se vê sempre um reforço da ideia de que no Brasil as classes trabalhadoras sempre foram pouco mobilizadas e de que uma conduta pacifista sempre foi característica marcante do brasileiro. Essas características personalistas seriam, também, características marcantes do Estado que aqui se formou, apartado do povo, governado por uma elite remanescente do império (na visão de Holanda), dominado por um Estamento Burocrático ou mesmo pelos Anéis Burocráticos de Cardoso. Essa construção histórica do Brasil, no entanto, é atualmente criticada de forma sistemática por diversos autores que se empenham na pesquisa sobre o Brasil. Na sequência deste trabalho se discutirá algumas visões críticas dessa narrativa histórica brasileira e, por fim, será feita uma análise de alguns impactos dessa visão predominante em nossa história política recente.

2. POR UMA OUTRA NARRATIVA BRASILEIRA

Criticar a visão corrente acerca do Brasil e de sua história consiste em trabalho que só é possível graças a esforços de diversos autores que vêm pesquisando há algum tempo nessa direção. Um dos autores fundamentais nessa direção é Jessé de Souza, que defende pontos opostos a essa sociologia tradicional. Afirma não ser possível questionar o ingresso do Brasil na era moderna, ainda que muitos sejam os problemas pelos quais o país passou e passa. Diz ser

Possível demonstrar que o caso brasileiro é uma variante peculiar dessa lógica de desenvolvimento, e não o "outro" dela, ou seja, um exemplo do sociedade intrínsecamente personalizada e pré-moderna,

portanto, como defende nossa sociologia da inautenticidade.³⁷

A ideia corrente de pacificidade do povo brasileiro deve ser sistematicamente rebatida, uma vez que serve recorrentemente para negar as lutas internas ao Estado em busca por Direitos e, em última análise, por reconhecimento, assumindo aqui o direito como elemento certificador das incessantes lutas por reconhecimento³⁸. Jessé também aponta para a fraqueza dessa construção quando diz que “as guerras e rebeliões intestinas, que durante todo o século XIX rasgaram o país de alto a baixo, testemunham as resisitências que a nova ideia de nação teve de enfrentar para se sobrepor aos interesses econômicos e políticos locais de todo tipo”³⁹. É nesse sentido que escreve Hendrik Kraay quando fala sobre a independência brasileira acerca de “uma guerra contra as tropas portuguesas sitiadas em Salvador, que durou um ano (1822/23) [e que] criou novas identidades e proporcionou aos grupos populares uma nova consciência de sua importância para o Estado”⁴⁰.

Gustavo Siqueira, analisando a história do direito pela ótica dos movimentos sociais, nos aponta para a existência de 146 greves entre 1890 e 1909, concluindo que

Mais uma vez, a passividade do povo brasileiro é um mito inexistente. Talvez um mito criado nesses momentos de convulsões sociais para desestimular revoltas, rebeliões, greves ou movimentos sociais. Ou para dizer que aqueles que se revoltam, como já explicou Marilena Chauí, não são “nossos,” não são brasileiros.⁴¹

³⁷ SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva**: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. P. 42

³⁸ HABERMAS, Jurgen. **Facticidad y validez**: sobre el derecho y el estado democratico de derecho en términos de teoria del discurso. 3a. ed. Madrid: Ed. Trotta, 2001.

³⁹ SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. P.32

⁴⁰ KRAAY, Hendrik. Muralhas da independência e liberdade do Brasil. *In*: **A independência brasileira**: novas dimensões. MALERBA, Jurandir (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

⁴¹ SIQUEIRA, Gustavo. **História do Direito pelos movimentos sociais**: cidadania, experiências e antropofagia jurídica nas estradas de ferro (Brasil, 1906). (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Direito da UFMG, 2011. P. 116.

Essa desconstrução acerca da passividade do povo brasileiro se faz necessária visto que se trata de um imaginário construído historicamente e perpetuado não só pelos autores trabalhados neste trabalho mas também por diversos outros⁴² que, com estudos de destaque, recentemente insistem nessa ideia que ajuda a constituir aquilo que Jessé chama de “Mito da Brasilidade”⁴³. Um dos pontos em que se sustenta a análise de Fernando Henrique Cardoso sobre o Brasil é, como trabalhado anteriormente, na concepção do “populismo”. Esse conceito representava justamente a fragilidade dos trabalhadores, sempre enganados pelo discurso político suprapartidário promissor de melhorias para a classe. Jorge Ferreira, no entanto, em uma rica obra sobre o populismo lança o questionamento fundamental sobre por que teriam os trabalhadores seguido esses “líderes traídores”⁴⁴. Não restam dúvidas que essas construções sociais não representam com o devido compromisso a história construída no país. Satisfazem-se em narrar tão somente um dos lados desse complexo processo que Marcelo Cattoni dirá ser a

[...] perspectiva das chamadas “Elites” sociais, econômicas e políticas; perspectiva essa que não apenas despreza a visão dos oprimidos, mas fecha os olhos para as lutas políticas por direitos e pelo reconhecimento da cidadania, que não podem ser reduzidos a meras concessões paternalistas.⁴⁵

A passagem do aspecto personalista ao Estado, o que caracteriza esse como patrimonialista, é também alvo de severas críticas por parte de Jessé. Segundo ele o conceito weberiano de patrimonialismo não se aplica ao Brasil dos anos 1920. Explica que esses conceitos são históricos e que uma

⁴² Aponta-se como exemplo as seguintes obras: ALMEIDA, Alberto Carlos. **A cabeça do brasileiro**, 2007. CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 2001. CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**, 1987. MATTA, Roberto da. **Carnavais, malandros e heróis**. 1981. MATTA, Roberto da. **O que faz o Brasil, Brasil?** 1999.

⁴³ SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**, 2009.

⁴⁴ FERREIRA, Jorge (Org). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. P. 10.

⁴⁵ CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade (org.). **Constitucionalismo e História do Direito**. Belo Horizonte: Pergamum, 2011. P. 22.

dominação de tipo 'patrimonial' não poderia existir num contexto de economia monetária já avançada, por exemplo, como era o Brasil do Século XX.⁴⁶

Não só o patrimonialismo é contestado mas também a própria ideia do brasileiro como personalista. Jessé não nega que nas relações sociais manifeste-se a personalidade, mas sim que isso seja um traço característico do brasileiro. A personalidade existe aqui, como em outras nações, e não é um elemento diferenciador nem mesmo é a questão fundamental. Indaga o autor se "o leitor conhece alguém que tenha acesso privilegiado a pessoas importantes (...) sem já possuir capital econômico ou capital cultural?"⁴⁷.

A concepção do *iberismo* também é algo que não está isenta de críticas. Ao contrário, a tentativa de ver em nossa experiência histórica uma espécie de continuidade daquela vivida por Porgual é também falaciosa. Jessé ensina que a cultura só pode ser entendida em função das práticas sociais e institucionais que, por sua vez, condicionam a ação individual. E, ainda, que as instituições de Brasil e Portugal nem mesmo no início da colonização foram as mesmas⁴⁸. Utiliza da escravidão como sendo exemplo maior de uma instituição que em Portugal quase não existiu mas, no Brasil, dominou a sociedade em todo o período colonial e seus reflexos podem ser percebidos ainda hoje.⁴⁹

Entendimento semelhante também é aquele apresentado por Luiz Wernerck Vianna ao afirmar que

A chamada "opção ibérica", apesar de largamente dominante, de modo algum se constitui na única influência conhecida por nossa cultura política. Ainda no processo da Independência, na hora da formação das nacionalidades ibero-americanas, ficou demonstrada a presença de outras concepções do mundo, notável na Inconfidência Mineira, na

⁴⁶ SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**, 2009. P. 61.

⁴⁷ SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**, 2009. P. 79.

⁴⁸ SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**, 2009, P. 206.

⁴⁹SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**, 2009, P. 105.

movimentação social e política de Buenos Aires e nos ideais bolivarianos⁵⁰.

Assim, portanto, buscando-se nesses autores uma reflexão crítica, percebe-se que o Brasil se inseriu economicamente como potência no cenário internacional sem que com isso as mazelas sociais tenham desaparecido. Não se trata, definitivamente, de um país do atraso, do patrimonialismo ou da dependência. Consiste, isto sim, em uma nação que insiste em ocultar uma história de lutas e que carrega ainda determinadas mazelas sociais que estão em constante conflito na modernidade. E, nesse sentido, o rótulo de “pacífico” serve tão somente à manutenção de uma estrutura já estabelecida e à permanência na negação de uma história de luta por direitos que nos constitui.

3. AS LEITURAS DO BRASIL NO CONTEXTO NEOLIBERAL: O PDRAE

As leituras do Brasil realizadas por diversos autores brasileiros, alguns deles abordados neste trabalho, não se encerram em si mesmas. A ampla repercussão desses trabalhos fizeram com que diversas de suas análises passassem a ocupar um imaginário social do brasileiro de forma naturalizada, constituindo aquilo que Jessé Souza chamou de mito da brasilidade, que “reproduzido todo dia nas famílias por pessoas que amamos, e na escola e nas universidades, por pessoas que respeitamos, a sua reprodução se torna automática e não refletida”⁵¹.

As construções acerca da estrutura política e administrativa brasileira, seja no diagnóstico de Holanda sobre a continuidade de uma elite imperial, no estamento de Faoro ou nos anéis burocrático de Cardoso, contribuíram para a criação de um discurso que atribui às estruturas administrativas, ou “ao outro”, as causas dos problemas. Nesse aspecto, não restam dúvidas, a corrupção assume um papel fundamental, sendo cada vez mais assumida como uma característica própria

⁵⁰ VIANNA, Luiz Werneck. **Americanistas e Iberistas**: A polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos. DADOS, Revista de Ciências Sociais, Vol. 34, nº2, 1991, Rio de Janeiro. p. 145-189.

⁵¹ SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**, 2009. P. 71.

brasileira e explicadora de uma “ineficiência” administrativa. É o que Jessé aponta criticamente a essa corrente de pensadores brasileiros que

Pretende ‘explicar’ tanto a cultura do privilégio e a extraordinária desigualdade, a partir (...) da presença da corrupção, por outro lado, pensada como uma característica folclórica desse tipo de sociedade e não como algo congênito ao capitalismo – como de resto nos mostrou sobejamente a última crise do capitalismo – em qualquer latitude do globo⁵².

Nos anos 90 do último século, as correntes neoliberalizantes ganharam grande força, não só no Brasil mas em todo o mundo. Organismos internacionais, inclusive, assumiram papel fundamental nesse processo e por isso Octavio Ianni chega a falar em “três guardiões dos ideais e das práticas do neoliberalismo”⁵³ ao se referir à OMC, ao BIRD e ao FMI. O que se percebe, no entanto, é que as construções sociais já consolidadas no imaginário brasileiro acabaram facilitando esse processo em terras brasileiras, o discurso da diminuição da máquina administrativa, em função de sua alegada ineficiência, contrastante com a suposta eficiência encontrada no mercado, soa como música aos ouvidos de uma sociedade estruturada em cima do *mito do atraso permanente*.

E através dessas construções históricas, cristaliza-se concepções rígidas daquilo que seria o “mal” e o “bem” na sociedade. O Estado sempre como aquele a ser combatido, responsável pelo atraso, que não permite um desenvolvimento real da sociedade e do mercado que são os espaços do desenvolvimento e da “modernidade”. Dessa dicotomia simplória do bem e do mal logo se chega às concepções fundamentais de que o Estado é mal gestor, ineficiente, e de que, por outro lado, o mercado é o espaço da capacidade plena⁵⁴.

O próprio elogio à pacificidade do povo brasileiro e a demonização constante do conflito, já explorados neste trabalho, consistem em outro elemento que cria um

⁵² SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**, 2009. P. 56.

⁵³ IANNI, Octavio. **A Era do Globalismo**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. P. 218.

⁵⁴ SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**, 2009. P. 53-63.

cenário no qual o embate é visto com maus olhos. Em sociedades em que há uma tradição de conflitos há uma maior possibilidade de ativismo político, de negação a determinadas transformações políticas que se apresentam. Dirá Jessé que essa característica não se encerra com os franceses no século XIX, mas que “alcança até os dias de hoje, explicando por que a França continua a ser um dos poucos países a oferecer resistência considerável ao sucateamento do Estado social pela onda liberalizante.”⁵⁵. É importante esclarecer que a demonização do conflito não faz com que ele inexista — o que acabaria por justificar as teses dos autores que aqui se tenta contrapor. O que se percebe é uma tentativa permanente de silenciar, ocultar ou minimizar, quando não mesmo criminalizar, os ativismos políticos, fragilizando essas lutas e, assim, facilitando a imposição de reformas políticas e administrativas no Brasil sem que haja um efetivo debate público acerca dessas questões.

Por fim, ilustrativamente não poderia surgir outra palavra no Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado que descrevesse e conectasse o que é tratado neste trabalho: Modernização. Trata-se de um discurso bastante parecido, agora assumido oficialmente por um governo: Retirar do atraso, inserir na modernidade. A modernidade agora, entretanto, é globalizada e neoliberal. Eis o ponto central:

[...] modernizar a administração burocrática, que no núcleo estratégico ainda se justifica pela sua segurança e efetividade (...) ao mesmo tempo que se introduz no sistema burocrático uma cultura gerencial baseada na avaliação do desempenho.”⁵⁶

O Plano, assim, surge como um dos mecanismos mais importantes dentro do contexto de reformas neoliberalizantes da década de 1990 e aproveita-se em grande medida de elementos já consolidados na sociedade brasileira para que forme sua base de sustentação. A “modernização” para um país atrasado é a solução ideal. E, mais uma vez, aqueles que se apresentam contrários às

⁵⁵ SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**, 2009. P. 47.

⁵⁶ BRASIL. **Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado**. 1995.

reformas são autoritariamente colocados em segundo plano, minimizados, quando não criminalizados por suas reivindicações.

Nesse sentido, as tradições do pensamento brasileiro se apresentam como extremamente úteis para implantação de reformas políticas no país. Reforma política aqui é entendida para além de uma alteração do sistema eleitoral, incluindo-se a compreensão do elemento político como fundamental na alteração da estrutura administrativa, por exemplo. Assim, pois, o PDRAE inaugurou, para além de uma alteração administrativa, a concepção de que o Estado deve ser uma instituição de importância minimizada, deixando o protagonismo para a iniciativa privada. Compreender essa alteração política exige, como já dito, uma análise conjuntural, em que se percebe com clareza a disseminação dessa corrente política por todo o mundo mas, também, uma dimensão das construções sociais internas brasileiras. É nesse sentido que se percebe a estreita ligação com o pensamento político e social brasileiro. Em um país com tamanha desigualdade social e em que o Estado sempre foi elemento fundamental da vida política e econômica, só uma construção social bastante sofisticada e sedimentada ao longo dos tempos poderia permitir que essas transformações ocorressem sem que ocorresse uma caótica resistência social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizar este trabalho força a apontar para o fato de que nem a sujeição às reformas liberalizantes e nem tampouco a corrente sociológica do atraso brasileiro encontram sua razão de ser tão somente num passado remoto brasileiro. Ao contrário, ambos se apresentam a nós como realidades que precisam ser encaradas. Do ponto de vista político, seguem vivas as práticas neoliberalizantes, em todas as esferas, e na academia, igualmente, tem-se em Alberto Carlos Almeida⁵⁷ um dos principais exemplos da continuidade dessa visão do Brasil.

⁵⁷ ALMEIDA, Alberto Carlos. **A cabeça do brasileiro**. 2007.

Para que se consiga escapar dessas situações redutoras que recorrentemente aparecem, inclusive como justificativas para ações do poder público, é preciso que se busque clarear questões que são colocadas de forma absolutamente reduzidas. Superar a ideia da *herança ibérica* como permanência é um dos imperativos fundamentais para que se compreenda o Brasil na sua complexidade. Nesse sentido é suficiente lembrar a advertência de Jessé de Souza para o fato de que a própria escravidão já nos diferencia sobremaneira dos portugueses, uma vez que por lá a instituição da escravidão praticamente inexistiu e, por aqui, foi uma das bases fundamentais de nossa história. E, naturalmente, não se trata de um fenômeno menos importante, já que as consequências da escravidão são enormes e os seus reflexos são percebidos até os dias atuais. É preciso, também, compreender as instituições da realidade brasileira na sua real complexidade, tarefa essa que envolve a superação das dicotomias existentes entre Estado e Mercado, o primeiro sempre colocado como "o mal" e o último como "o bem", assumindo que ambos são "bons" e "mals", guardando em si aspectos positivos e negativos.⁵⁸

Apontando para a convergência entre os autores que historicamente construíram uma forma própria de ver o Brasil, Marcelo Cattoni alerta para a necessidade de rever essa história de leituras que

são feitas no espelho de uma teologia política segundo a qual somente por meio da ruptura 'institucional' ou 'revolucionária', promovida pelo macro-sujeito 'povo soberano', poder-se-ia caracterizar o genuíno exercício de um poder constituinte capaz de legitimar uma ordem constitucional, desde a sua origem — algo no que, aliás, parecem convergir, quer sejam *conservadores*, quer *progressistas*, importantes autores da chamada "tradição dos retratos do Brasil."⁵⁹

Em última análise, portanto, é preciso assumir a tarefa sugerida por Benjamin⁶⁰ de escovar a contrapelo a tradição dos intérpretes do Brasil e, assim, a própria

⁵⁸ SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**, 2009. P. 70.

⁵⁹ CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade (org.). **Constitucionalismo e História do Direito**. 2011, p. 21-22.

⁶⁰ BENJAMIN, Walter. Tesi di filosofia della storia. In: **Angelus Novus**: saggi e frammenti. Renato Solmi (org.) Torino: Einaudi, 1995.

CARVALHO, Rodrigo Badaró de. Pensamento social e reformas políticas no Brasil. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.2, 2º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791.

história. Isso significa rever os processos e fatos históricos bem como desmistificar a tão insistente ideia de um país sem povo, ou de um povo pacífico, que, imediatamente, leva à conclusão de que qualquer direito existente não é conquista, mas sim mera concessão. É assim, pois, que as desconstruções aqui propostas buscam cumprir a “exigência do reconhecimento e da explicitação de tudo aquilo que não possa ser reduzido a certos pares irreduzíveis de conceitos opostos”.⁶¹

REFERÊNCIAS DAS FONTES CITADAS

ALMEIDA, Alberto Carlos. **A cabeça do brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2ª ed., 2007.

BENJAMIN, Walter. Tesi di filosofia della storia. *In: Angelus Novus: saggi e frammenti*. Renato Solmi (org.) Torino: Einaudi, 1995.

BRASIL. **Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Câmara da Reforma do Estado, 1995. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>, Acesso em: 02 jan. 2013.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Autores que inventaram o Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependencia e desenvolvimento na America Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 10. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e Democratização**. 3. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**. 1962.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.

CARDOSO, Fernando Henrique. **O Modelo Político Brasileiro**. 1972.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Relembrando o Que Escrevi**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

⁶¹ CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade (org.). **Constitucionalismo e História do Direito**. Belo Horizonte: Pergamum, 2011. P. 21

CARVALHO, Rodrigo Badaró de. Pensamento social e reformas políticas no Brasil. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.2, 2º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade (org.). **Constitucionalismo e História do Direito**. Belo Horizonte: Pergamum, 2011

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patrimônio político brasileiro. 2. Ed. rev. e aumentada. Porto Alegre, Globo; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

FERREIRA, Jorge (Org). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HABERMAS, Jurgen. **Facticidad y validez**: sobre el derecho y el estado democrático de derecho en términos de teoría del discurso. 3a. ed. Madrid: Ed. Trotta, 2001

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1970.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996;

IANNI, Octavio. **A Era do Globalismo**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

KRAAY, Hendrik. Muralhas da independência e liberdade do Brasil. *In*: **A independência brasileira**: novas dimensões. MALERBA, Jurandir (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MATTA, Roberto da. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

MATTA, Roberto da. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

RICARDO, Cassiano. Variações sobre o homem cordial. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Ed. comemorativa 70 anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 365-392.

SIQUEIRA, Gustavo. **História do Direito pelos movimentos sociais**: cidadania, experiências e antropofagia jurídica nas estradas de ferro (Brasil, 1906). (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Direito da UFMG, 2011.

CARVALHO, Rodrigo Badaró de. Pensamento social e reformas políticas no Brasil. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.2, 2º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/direitopolitica - ISSN 1980-7791.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva**: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB**: fabrica de ideologias. 2. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1997. 194p.

VIANNA, Luiz Werneck. **Americanistas e Iberistas**: A polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos. DADOS, Revista de Ciências Sociais, Vol. 34, nº2, 1991, Rio de Janeiro. p. 145-189.

Submetido em: Fevereiro/2014

Aprovado em: Fevereiro/2014